



CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO: QUE TIPOLOGIA?

Mauro Tiago Njelezi¹

¹ Tenente (Mestre), Professor Assistente na Academia Militar Marechal Samora Machel, Nampula, Moçambique.

Resumo

O presente artigo visa compreender a tipologia do conflito armado que ocorre em Cabo Delgado. Para o efeito, com uma abordagem qualitativa, método histórico e analítico, e revisão bibliográfica, primeiro, descreveu-se as formas de guerra contemporâneas (terrorismo, insurgência, subversão e guerrilha). A seguir, correlacionou-se as formas de guerra descritas com as dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*, que se circunscrevem em actividades não violentas ou preparatórias (formação de jovens no exterior, criação de órgãos de direcção e células na população); ocupacionais ou de agitação (propaganda e perturbações da ordem); violentas ou insurreccionais (sabotagem, terrorismo e guerrilha); e revolucionárias (reclamação de áreas libertadas). Deste processo, resultou o entendimento de que o conflito, globalmente, se enquadra no fenómeno de insurgência e, restritamente, envolve os fenómenos de terrorismo, subversão e guerrilha. Por isso, concluiu-se que o conflito armado em Cabo Delgado tem características tipológicas de uma insurgência.

Palavras-chave: Cabo Delgado, Guerrilha, Insurgência, Subversão, Terrorismo.

Abstract

The present article aims to understand the typology of the armed conflict occurring in Cabo Delgado. For this purpose, with a qualitative approach, historical and analytic method and bibliographical review, firstly, the forms of contemporary war (terrorism, insurgency, subversion and guerrilla warfare) were described. Next, we correlated the warfare described with the dynamics of the *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*, which are circumscribed into non-violent or preparatory activities (training of youths abroad, creation of leadership bodies and cells in the population); occupational or agitation (propaganda and public order disturbances); violent or insurrectionary (sabotage, terrorism and guerrilla warfare); and revolutionary (reclamation of liberated areas). This process resulted in the understanding that the conflict, globally, falls under the insurgency phenomenon and strictly involves the wonders of terrorism, subversion and guerrilla warfare. It, therefore, concluded that the armed conflict in Cabo Delgado has typological characteristics of an insurgency.

Keywords: Cabo Delgado, Guerrilla, Insurgency, Subversion, Terrorism.

Informações do Artigo

Histórico:

Recepção: 25 de Abril de 2022

Aprovação: 20 de Outubro de 2022

Publicação: 08 de Dezembro de 2022

Contacto

Mauro Tiago Njelezi ✉ mnjelezi@gmail.com / maurotiago07@hotmail.com



1. Introdução

Cinco de Outubro de 2017 ficou marcado, na história recente de conflitos armados em Moçambique, como o início de um novo conflito armado, “(...) crítico para o destino do país (...)” ([International Crisis Group \[ICG\], 2021, p. 1](#)) e distinto da Luta de Libertação Nacional e dos sistemáticos conflitos político-militares, que outrora o país vivenciou.

Ao contrário da Luta de Libertação Nacional, na qual cidadãos nacionais uniram esforços para se libertar da dominação estrangeira, e dos conflitos político-militares, os quais opuseram duas organizações nacionais de carácter político, o novo conflito armado envolve uma complexidade paradoxal de factores, que vão da clandestinidade da organização belicista¹, dos seus membros, dos seus objectivos e parte das suas actividades à utilização de táticas militares não convencionais² ([Chichava, 2020a](#)), de tal forma que assume, nos meios político, militar, académico e social, as designações de terrorismo, insurgência, guerra subversiva e guerrilha.

A designação “terrorismo” foi reconhecida pelo [Conselho Nacional de Defesa e Segurança, no dia 23 de Abril de 2020](#), e por investigadores, tais como [Augusto \(2018\)](#), [Sitoe \(2019\)](#), [Mataruca e Dias \(2021\)](#), [Chapala e Timane \(2021\)](#), [Macalane e Jafar \(2021\)](#), [Cau, Abacar, Cadete, Canamala, Curumala e Mofate \(2021\)](#), pelo facto de o conflito assumir características de acções e actores transnacionais (Estado Islâmico do Iraque e Síria – ISIS). Enquanto a designação “insurgência” foi adoptada por parte de alguns *media*, entre os quais [Cabo Ligado \(2021\)](#) e por investigadores, tais como [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Matsinhe e Valoi \(2019\)](#), [Santos \(2020\)](#), [Brito \(2020\)](#), [ICG \(2021\)](#), [Morier-Genoud \(2021\)](#) e [Vhumbunu](#)

[\(2021\)](#), pois entendem que o conflito assume características de um levantamento popular, movido pelo *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* (ASWJ), apoiado por organizações extremistas.

A designação “guerra subversiva” é evocada pelo investigador [Branco \(2020\)](#), ao reconhecer que o conflito adoptou um curso de acções que partiu da preparação, passando pela agitação até à fase insurreccional. Por fim, a designação “guerrilha” é reconhecida, no artigo da [Rádio e Televisão de Portugal \(RTP, 2020\)](#) e no artigo de [Issufo \(2021\)](#), em alusão às emboscadas, aos ataques surpresa e ao uso de minas que caracterizam o conflito.

Não obstante as quatro designações constituírem características das guerras assimétricas ([Reis, 2017](#)), a aplicação de cada uma delas depende da visão que se quer dar a um conflito envolvendo Estado(s) e grupo(s) não estatal(is). Por exemplo, as acções do ISIS, dos *Taliban* no Afeganistão, da *Euskadi Ta Askatasuna (ETA)* na Espanha, do *Hamas* na Palestina e do *Boko Haram* na Nigéria, remetem para a visão política e mediática sobre terrorismo, e insurgência ou subversão para a visão militar ([Branco, 2020](#)). As acções movidas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional na Colômbia podem entender-se, numa visão restrita, como guerrilha e, numa visão ampla, como insurgência ou subversão ([Department of the Army \[DA\], 2009](#); [Branco, 2020](#)).

No entanto, nestes exemplos, evidencia-se que a incorrecta identificação da tipologia de conflito é, de alguma forma, prejudicial ([Branco, 2020](#)) para a sua extinção, tanto que muitos deles continuam activos. Daí que é oportuna a questão: Que tipologia de conflito armado ocorre em Cabo Delgado? O solucionamento desta questão é

¹ No momento, ela é conhecida por dois nomes: *Al-Shabaab* e *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* ([Morier-Genoud, 2021](#)). No entanto, para diferenciá-la da seita extremista actuante na Somália (*Al-Shabaab*), no presente estudo assume-se o nome *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*.

² Táticas não convencionais são actividades militares não prescritas no modelo classificativo de conflitos de Clausewitz, guerras entre Estados, guiadas por princípios e sequência lógica, que parte da crise até consequente armistício.



consubstanciado pelas seguintes questões: quais as tipologias de conflitos contemporâneos? Quais as dinâmicas do ASWJ? Quais as aproximações entre as dinâmicas do ASWJ e as tipologias de conflitos contemporâneos?

Ora, numa época em que os conflitos armados ocorrem, sobretudo, no interior dos Estados ([Rocha, 2011](#)), a lucidez sobre a tipologia de conflitos armados mostra-se essencial para as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de um Estado, para os prevenir, por um lado, e, no caso de eclosão, adoptar medidas adequadas para a sua neutralização, por outro lado. Neste sentido, o presente artigo, ao contrário dos estudos que versam a violência armada em Cabo Delgado, permitirá, sobretudo, aos militares e paramilitares identificar a tipologia de ameaça em Cabo Delgado para, de seguida e junto da sociedade (inter)nacional, adoptar as medidas apropriadas.

A metodologia adoptada para o desenvolvimento do artigo envolveu a abordagem qualitativa, que consistiu na interpretação cognitiva das acções do ASWJ, para compreender a tipologia de conflito armado conduzida por este grupo. A abordagem foi consubstanciada pelo método histórico e analítico dos factos ou eventos (de islamismo radical) ocorridos em Cabo Delgado, desde a década 70 até ao momento da redacção deste artigo. Para a materialização desse processo, recorreu-se à revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica compreendeu, primeiramente, a busca, em repositórios e plataformas *online*, de livros, artigos e documentos de editoras e entidades destacadas (inter)nacionais, publicados no período de 2018 a 2022, e que relatam o curso das acções do ASWJ, quer violentas, quer não violentas. E, finalmente, organizou-se a bibliografia (encontrada) em função dos seguintes tópicos: origem e natureza, objectivos e narrativa, liderança, meios e alvos, acções, financiamento e recrutamento do ASWJ.

Destacar que o processo de busca bibliográfica também debruçou-se sobre documentos que tratam das tipologias de conflitos contemporâneos, tomando como critério a actualidade e o destaque. Nisso, identificaram-se autores tais como: [Mary Kaldor \(2012\)](#), [Bruce Hoffman \(2006\)](#), [David Kilcullen \(2006\)](#), [Alex Schmid \(2004\)](#), [Frank Hoffman \(2007\)](#), [Francisco Garcia \(2003\)](#) e [Tatiana Moura \(2005\)](#).

2. Tipologias de conflitos armados contemporâneos

O fenómeno de conflito armado evoluiu de um modelo, essencialmente, clausewitziano para um modelo de guerra³ irregular, global e assimétrico. Esta evolução, embora estivesse em curso antes da Guerra Fria (sobretudo nas lutas de libertação das nações africanas e asiáticas, travadas entre grupos políticos domésticos contra governos coloniais), iniciou durante a Guerra Fria com as fracassadas campanhas dos Estados Unidos da América (EUA), no Vietname (1965 – 1975), e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no Afeganistão (1979 – 1989), contra grupos com poder bélico inferior ([Garcia, 2008](#); [Valença, 2010](#); [Reis, 2017](#)).

Com o fim da Guerra Fria, a afirmação dos EUA como a superpotência dominante no mundo e a globalização ([Borges, 2013](#)), assistiu-se, em quase todos os cantos do mundo (Afeganistão, Síria, Espanha, Nigéria, entre outros), ao surgimento das novas guerras, que em princípio não evidenciam objectivos políticos claros, protagonizadas por entidades não estatais, que envolvem grupos armados alheios aos padrões convencionais, em que se confrontam potenciais dissimétricos e modalidades de acção assimétricas e podem surgir em qualquer lugar e momento ([Garcia, 2008](#); [Correia, 2014](#)).

Muito se escreveu sobre as novas guerras, tanto que não são poucos os autores que tentam tipificá-las. Só para citar alguns autores, [Kaldor](#)

³ Entenda-se guerra como conflito armado envolvendo dois ou mais actores.



(2012) refere que as novas guerras caracterizam-se como guerrilha, (contra)insurgência e terrorismo (ou seja, uma mistura de guerra, crime organizado e violação massiva dos Direitos Humanos); [Lind, Nightengale, Schmitt e Wilson \(1989\)](#) e [Hoffman \(2007\)](#) afirmam que as guerras actuais (de Quarta Geração) envolvem actividades convencionais, irregulares e criminosas para destruir a vontade de combater das forças adversárias, sendo uma das suas principais formas a Guerra Híbrida; [Garcia \(2006\)](#) nota que hoje a violência armada pode apresentar um cariz subversivo; [Moura \(2005\)](#) vê as “novíssimas” guerras como micros e que se confundem com a paz.

Das formas de guerra expostas e como motivadoras do debate, no presente artigo, o terrorismo, a insurgência, a guerra subversiva e a guerrilha são o foco.

2.1. Terrorismo

O termo “terrorismo” não reúne consensos, quando se trata de sua definição, pois é maior a tenuidade que apresenta na sua diferenciação com acção criminosa. É maior o debate que suscita no discernimento entre um “terrorista” e um “combatente pela liberdade”, ou entre uma acção terrorista e uma acção de controlo social.

Estas ‘nuances’ do termo “terrorismo” (que literalmente significa acto de emprego da violência para o fomento do terror/medo/intimidação) podem ser melhor evidenciadas, por um lado, nos questionamentos de [Diniz \(2002\)](#), assim expressos: como distinguir se é uma acção terrorista ou criminosa, quando, por exemplo, um indivíduo aponta uma arma para outro de modo a obrigá-lo a entregar sua carteira? Isso não seria coagir por intimidação ou medo? Que tal um sequestro-relâmpago para obrigar um indivíduo a sacar dinheiro de um caixa electrónico e entregar ao sequestrador? Também não seria coagir por intimidação para atingir um fim?

⁴ Regime de segregação racial implementado na África do Sul, no período de 1948 a 1994.

⁵ [Gibbs \(1989\)](#) colocou as seguintes questões: a) o terrorismo é necessariamente ilegal? b) O terrorismo é necessariamente empregue para se realizar algum objectivo e, se sim, qual? c) Como o terrorismo se

Por outro lado, na frase familiar ‘um terrorista para um indivíduo é um combatente da liberdade (*freedom fighter*), para outros’, que [Schmid \(2004\)](#) a expressou em alusão às contraditórias violências indiscriminadas ocorridas em certos países, de entre as quais as acções de Nelson Mandela que foram, por um lado, rotuladas de terroristas pelo então governo em exercício na África do Sul (*New National Party*) promotora do regime de apartheid⁴, por outro lado, *freedom fighter* pela esmagadora sociedade negra da África do Sul.

Não sendo objectivo deste artigo encontrar uma definição consensual sobre o termo “terrorismo” e reconhecendo a necessidade de definir o termo para circunscrever o que faz e o que não faz parte da discussão, contornando o seu uso para desqualificar ou depreciar politicamente adversários ([Gibbs, 1989](#); [Diniz, 2002](#)), enquadrou-se o “terrorismo” no entendimento de [Goodwin \(2006\)](#) e [Borel \(2019\)](#) que aludem que representa uma forma de acção ou um substantivo que descreve uma tática, não um Estado, movimento social, organização ou indivíduo.

Neste sentido, para análise, tomou-se três questões sintetizadas a partir das colocadas por [Gibbs \(1989\)](#)⁵: o terrorismo é necessariamente empregue para alcançar um objectivo particular e, se sim, qual? Como o terrorismo, enquanto estratégia, se distingue de operações militares convencionais numa guerra civil, ou guerrilha? Apenas os oponentes de um governo podem empregar o terrorismo?

Relativamente à primeira questão, [Diniz \(2002\)](#) e o *Joint Chiefs of Staff (JCS, 2014)* esclarecem que o terrorismo emprega o terror como meio de acção, para induzir, no alvo, um comportamento que permita derrotá-lo politicamente. Ou seja, o terrorismo é uma acção incontestavelmente sobre o poder: a busca, aquisição e o uso do poder para alcançar a mudança política ([Hoffman, 2006](#)). Assim, ele

distingue de operações militares convencionais numa guerra civil, ou guerrilha? d) Apenas oponentes de um governo empregam o terrorismo? e) O terrorismo é necessariamente uma estratégia distinta de emprego da violência e, se sim, qual é essa estratégia?



compreende o uso ilegal da violência ou ameaça de violência, muitas vezes, por motivos religiosos, políticos, ideológicos ou crenças, para incutir o medo e coagir governos ou sociedades na prossecução de objectivos que são normalmente políticos ([JCS, 2014](#)).

Deste esclarecimento, torna-se oportuno o solucionamento da segunda questão colocada nos seguintes moldes: como o terrorismo, enquanto estratégia, se distingue de operações militares convencionais numa guerra civil, ou guerrilha? Para o efeito, [Diniz \(2002\)](#) e a *Organization for Security and Cooperation in Europe* ([OSCE, 2014](#)) entendem ser uma das grandes particularidades do terrorismo a abordagem ou violência indiscriminada acometida ao(s) alvo(s), com o objectivo de inspirar medo e terror a toda uma população. Por outras palavras, a abordagem de terroristas é de total amoralidade que “não hesita em sacrificar seja quem for, mulheres, crianças, doentes, pobres ou ricos, inocentes ou culpados, com o único e obsessivo critério de maximizar o impacto possível na opinião pública” ([Martins, 2010, p. 21](#)).

Além destas particularidades, [Borel \(2019\)](#) apresenta três outras, designadamente: a) os alvos, que podem ser directos/secundários (vítimas neutralizadas e/ou feridas pelo atentado) e indirectos/primários (a grande massa que se aterroriza, mesmo ausente, geralmente, por meio dos *media*); b) a temporalidade das acções terroristas, que não tem hora para acontecer; c) o contexto, que implica a realização de acções em espaços públicos, *a priori* camuflado nele.

Com estas particularidades do terrorismo emerge a terceira e a última questão colocada, apenas os oponentes de um governo podem empregar o terrorismo? [Diniz \(2002\)](#) esclarece que “o terrorismo pode ser empregue por qualquer actor: privado (individual ou colectivo) ou estatal (um grupo que controla politicamente um Estado, legitimamente ou não, reconhecido como governo ou não)”(p. 13). O autor acrescenta que o Estado pode empregar o terrorismo em duas situações: a) quando um grupo que controla politicamente um Estado

avança alguns de seus objectivos através do apoio, ainda que oculto, a uma ou mais organizações terroristas; b) quando um grupo político aumenta a coesão interna de seu país através da criação de uma ameaça externa, ou até mesmo de uma guerra, e pensa que pode resistir e para conseguí-lo, aterroriza a população de outro país (podendo, para tanto, valer-se inclusive de outros grupos terroristas), com o objectivo de forçar seu governo a uma resposta militar que produza a coesão desejada.

A respeito do emprego do terrorismo por parte do Estado, [Garcia \(2003\)](#) aponta dois autores que documentaram sobre o fenómeno: primeiro, Andrade (1999) que afirma que, entre outros aspectos, o terrorismo representa práticas de Estados sobre as próprias populações ou práticas secretas de Estados no plano internacional, com uso de meios humanos próprios sob cobertura, recurso a grupos terroristas manipulados, ou emprego de “diplomacias coercivas” tanto sobre outros países como sobre pessoas colectivas e individuais; segundo, Boniface (2003) que, de forma dramática, refere que a situação mais perigosa é aquela onde o extremismo não está directamente ligado ao(s) Estado(s), mas configura-se com organizações autonomizadas, dotadas de meios importantes, e cuja trajectória político-operacional é, do médio prazo para diante, uma incógnita.

Por um lado, com essas características de terrorismo e consoante a [Lei n.º 13/2022](#), de 8 de Julho (que define actos terroristas como sendo acções destinadas a causarem morte ou ferimentos corporais graves), evidenciam-se os exemplos de terrorismo revolucionário (conduzido em alguns momentos por maoistas, castristas, trostkistas e leninistas); nacionalista (realizado em alguns momentos pela *ETA* na Espanha); Estado (realizado em alguns momentos pelos Estados totalitários Fascistas e Nazistas, ditaduras e Estados apoiantes da xenofobia); e de organizações criminosas (cartel de Medellin, *Al-Qaeda*, ISIS, máfia italiana) ([Porto Editora, 2022](#)).

Por outro lado, a partir das características e dos exemplos do terrorismo, é possível definir



actividades e operações tomadas para neutralizar os terroristas, particularmente: impedir que homens e mulheres se tornem terroristas; proporcionar oportunidades e apoio a indivíduos envolvidos nas organizações extremistas para se desengajarem; negar ao terrorismo o apoio, os recursos e meios para se organizar ou para planejar e realizar ataques; preparar e proteger contra-ataques terroristas, de modo a diminuir a vulnerabilidade de potenciais alvos, em particular infra-estruturas críticas; perseguir os suspeitos de práticas de terror para os prender e levá-los à justiça; e responder às ações extremistas através de medidas proporcionais para mitigar o impacto delas, e para ajudar as vítimas (JCS, 2014; OSCE, 2014).

Estas actividades, conforme Diniz (2002), envolvem dois processos distintos, designadamente: a) a neutralização, cujos objectivos são antecipar a meta desejada pelos terroristas e evitar produzi-la. b) O desbaratamento, cuja meta dos esforços da inteligência é identificar quais são os pontos críticos a partir: i) de como o grupo atende suas necessidades logísticas (equipamento, recrutamento, treino e refúgio); ii) de como o grupo atende às suas necessidades financeiras; iii) da sua organização (inclusive de suas ramificações internacionais, quando for o caso); iv) do apoio político de que dispõe.

2.2. Insurgência

Um aspecto interessante a notar sobre o fenómeno de “insurgência” é a sua escassa teorização na lusofonia, pois, na anglofonia, o fenómeno é amplamente teorizado, sendo que, de entre várias definições, podem-se destacar as de Kilcullen (2006) e DA (2009).

Kilcullen (2006) afirma que uma insurgência é uma luta pelo controlo de um espaço político contestado, entre um Estado (ou grupo de Estados ou potências ocupantes) e um ou mais desafidores não estatais de base popular. Ela manifesta-se em forma de revoltas populares que crescem sendo conduzidas por

redes sociais⁶ pré-existentes (aldeia, tribo, família, bairro, partido político ou religioso) e existem num ambiente social, informativo e físico complexo. Já DA (2009) define insurgência como sendo:

[...] um movimento organizado que visa derrubar um governo constituído através da utilização da subversão e do conflito armado. (...) É tipicamente uma luta interna dentro de um Estado, não entre Estados. É normalmente uma prolongada luta política e militar destinada a enfraquecer o poder, o controlo e a legitimidade do governo existente, enquanto aumenta o poder, o controlo e a legitimidade da insurgência (cap. 1, p.1).

No entanto, embora tenha despontado interesse militar após as revoluções ocorridas depois da II Guerra Mundial e, principalmente, após o ataque às “torres gémeas” (ocorrido no dia 11 de Setembro de 2001 nos EUA), a insurgência não constitui um fenómeno novo, na história dos conflitos, pois, antes da II Guerra Mundial, o termo “insurgência” se aplicava para rotular indivíduos que pretendiam interromper a ocupação estrangeira nos seus países (Gutiérrez, 2011; Rosales, 2014).

Nos dias que correm, a insurgência é tão complexa que requer uma análise detalhada para ser compreendida e combatida. Esta análise deve envolver: condições para o surgimento, dinâmicas, estratégias, actividades e vulnerabilidades de uma insurgência (DA, 2009; North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2017).

Relativamente às condições para o surgimento de uma insurgência, DA (2009) e a NATO (2016) destacam quatro: a) oportunidade, resultante de lacunas significativas na capacidade de o governo poder proporcionar segurança ao seu território; b) motivo, que não seja necessariamente resultante de queixas comuns (pobreza, desemprego, etc.), mas sim uma combinação de narrativa convincente (que ligue as queixas a uma agenda política), líderes visionários (revolucionários), origens, evolução e dinâmica das falhas de

⁶ Entende-se, aqui, por redes sociais as estruturas sociais compostas por aldeias, clãs, tribos, etnias, línguas,

estatutos socioeconómicos ou filiações em clubes, unidades militares, associações ou grupos criminosos.



segurança (perda da legitimidade do governo e das FDS), comportamento abusivo vindo de governantes, das agendas das elites (que podem opor-se às iniciativas que beneficiam a comunidade), o empoderamento individual (almejado por parte de alguns indivíduos) e a fidelidade à comunidade (demonstrada por parte de alguns indivíduos); c) meios, que envolvem o recrutamento (em geral, conduzido nas redes sociais), redes sociais (mobilizadas por um líder), mobilização social (que recorre às identidades étnicas, religiosas, raciais, etc.), recrutamento forçado (que inclui o de crianças), diáspora (que ajudam no financiamento e na conquista da opinião pública), patrocinadores externos (que oferecem recursos, formação e, talvez, santuários externos), riscos de obtenção de recursos; d) a relação entre a insurgência e a actividade irregular (que não permite a intervenção de organizações internacionais).

Havendo estas condições, [DA \(2009, 2014\)](#) e a [NATO \(2016, 2017\)](#) constataam que uma insurgência imprime dinâmicas que envolvem as seguintes características: a) ideologia, que fornece à população uma visão estruturada da sociedade; b) causa e narrativa, mecanismos centrais através dos quais as ideologias são expressas e absorvidas; c) apoio interno, prestado a partir do interior do país; d) objectivos, que podem ser: derrubar o governo em exercício e assumir a governação, expulsar “forasteiros” ou “ocupantes” e criar ou manter uma região sem controlo governamental; e) liderança, que fornece visão, direcção, orientação, coordenação e organização; f) ambiente e geografia, podem facilitar o surgimento e as acções dos insurgentes; g) apoio externo (moral, político, financeiro e de santuário); h) faseamento e calendarização, que geralmente envolvem a fase latente e incipiente (os insurgentes lutam para sobreviver), a fase de guerra de guerrilha (as correlações de forças se aproximam do equilíbrio) e a de guerra de movimento (os guerrilheiros acreditam ter superioridade de força; i) padrões organizacionais e operacionais (estratégias de insurreição comum).

Os modelos de estratégias adoptados pelos movimentos insurgentes, conforme [DA \(2009\)](#) e a [NATO \(2016\)](#), podem configurar-se nas seguintes abordagens:

- a) **conspiratória:** envolve, geralmente, a criação de um pequeno partido ou força de vanguarda, secreto, que emerge quando acredita no total e rápido sucesso.
- b) **Com foco militar:** difunde o controlo através da criação e do destacamento de forças de combate, e não por subversão política.
- c) **Urbana:** adopta uma estrutura celular recrutada de acordo com uma estreita associação (família, religião, grupo político ou social).
- d) **Guerra popular prolongada:** decorre em três fases: i) estratégia defensiva – dividida em latente (caracterizada por actividades clandestinas, discussão de queixas, definição de narrativa e ideologia, recrutamento e infiltração) e incipiente (subversão caracterizada por preparação de actividades violentas e manifestação destinada a criar um efeito psicológico negativo no governo e nas FDS); ii) equilíbrio estratégico – envolve acção armada, muitas vezes destinada a forçar as forças estatais a entrarem na defensiva, sabotagem e terrorismo, intensificação da propaganda, ganhar o controlo de áreas isoladas e desenvolver bases, expulsar funcionários governamentais de áreas com forte apoio dos insurgentes, estabelecer uma governação “sombra” local e esforços crescentes para obter reconhecimento e apoio internacional; iii) estratégia ofensiva – inclui alguns elementos armados que se combinam e treinam para lutar como convencionais, armas mais poderosas e sofisticadas adquiridas por captura ou assistência estrangeira, obtenção de ajuda de grupos de combate externos (grupos de operações especiais ou convencionais de uma nação vizinha amigável) e zonas



de expansão do controlo dos insurgentes e aumento da actividade política.

- e) **Centrada na identidade:** mobiliza apoio baseado na identidade comum de afinidade religiosa, clã, tribo ou grupo étnico, e por vezes combinada com a abordagem com foco militar.
- f) **Compósito:** utiliza diferentes abordagens em diferentes momentos e locais, aplicando táticas que melhor tira partido das circunstâncias prevaletentes. Com efeito, dentro de uma única área de operações, podem existir múltiplos grupos concorrentes, cada um procurando maximizar a sua capacidade de sobrevivência e influência.
- g) **Contemporâneas:** onde muitos actores se inter-relacionam, milícias, senhores da guerra, criminosos organizados, traficantes de droga, empresas de segurança privadas, organizações não governamentais, meios de comunicação social, apoiantes estrangeiros e empresas multinacionais com interesses estratégicos na área.

No que toca às actividades de uma insurgência, [DA \(2009, 2014\)](#) enumera as seguintes:

- a) **não violentas:** destinadas a ganhar simpatia ou apoio (inter)nacional para pressionar o governo e as FDS (por exemplo, protestos, boicotes publicitados).
- b) **Ocupacionais:** realizadas para obter propaganda ou vantagem psicológica (por exemplo, ocupação temporária de uma instalação governamental).
- c) **Violentas:** caracterizadas pelas seguintes formas: i) guerra de guerrilha – pequenos elementos armados que usam, principalmente, a surpresa, mobilidade e ataques focalizados, seguidos de dispersão imediata; ii) terrorismo – criação de um clima de medo na população, promovendo o desânimo e desamparo; iii) sequestros – raptos de estrangeiros, funcionários do

governo, trabalhadores humanitários e membros da comunidade comercial ou dos *media*; iv) sabotagem – sabotar instalações económicas, militares ou políticas; v) táticas de rua – visam causar danos materiais e uma quebra geral do estado moral da população, e envergonhar e minar o governo (por exemplo, transformação de manifestações pacíficas em violentas); vi) emboscadas – geralmente utilizadas para neutralizar funcionários governamentais e membros das FDS; vii) ataques – objectivam obter fundos, equipamento ou material, para libertar detidos, ou para destruir ou invadir instalações governamentais ou militares.

- d) **Informativas nacional e internacionalmente:** utilização de múltiplos meios de informação, objectivando um efeito multiplicador das actividades (exemplo, *internet*).
- e) **Assistenciais:** ganho de apoio local e legitimidade, por meio da educação, instalações e actividades de tratamento médico; ajuda aos trabalhadores através do apoio aos sindicatos e da criação de emprego; fornecimento de necessidades básicas, tais como ajuda a órfãos e viúvas; ou adopção de um governo-sombra, incluindo um sistema judicial.
- f) **De activismo político:** formação de uma ala política aberta ou encoberta para apoiar os esforços dos insurgentes.
- g) **De estabelecimento de relações internacionais:** estabelecimento de relações com outros grupos insurrectos que actuam noutros países, para troca de experiências, angariação de fundos, aquisição de armas e constituir uma frente unida.

A reparar pelas características da insurgência até aqui expostas, podem-se evidenciar os exemplos das Filipinas (1899-1902), do Vietname (1965-1975), do Kosovo (1998-1999), do Afeganistão (1979-1989 e 2001-2021), da Chechénia (1994-2002), da



Colômbia (1964-2016), do Iraque (2003-2011), da Somália (desde 1991), da Síria (desde 2011) e da Nigéria (desde 2009) ([DA, 2009](#)). Destas, [DA \(2014\)](#) aponta algumas vulnerabilidades comuns: segurança e sigilo; descentralização (células semi-autónomas); inconsistência da narrativa; propaganda insurreccional (uso principalmente da *internet*); necessidade de estabelecer uma base de operações (santuários); confiança no apoio, tanto interno como externo; fragilidade económica ou financeira; e divisão interna ou liderança facciosa.

Ao explorar as vulnerabilidades de uma insurgência, [Cohen, Crane, Horvath e Nagl \(2006\)](#) chamam a atenção para alguns paradoxos: a) quanto mais se protege as FDS, menos segura elas estarão, visto que o sucesso vem da protecção da população, não das FDS; b) quanto mais se usa as FDS, menos efectiva elas serão; c) quanto mais eficaz é uma estratégia, menos FDS ela empregará e mais risco terá que assumir; d) às vezes, a melhor reacção é nada fazer, visto que, muitas vezes, um insurgente realizará um acto terrorista ou uma rusga de guerrilha para atrair as FDS a reagirem exageradamente para, em seguida, explorar este factor; e) as melhores armas de contra-insurgência não disparam, pois, a vitória duradoura virá de uma economia vibrante, da participação política, e da esperança restaurada; f) é preferível o combate à insurgência feita por uma nação anfitriã, do que por uma coligação; g) se uma táctica funciona esta semana, poderá não funcionar na próxima; se funciona nessa província, poderá não funcionar em outra; h) o êxito táctico não garante nada, pois objectivos tácticos devem estar ligados aos operacionais e estratégicos; i) muitas decisões importantes não são tomadas pelos generais, mas sim pelos comandantes tácticos ou operacionais.

2.3. Guerra subversiva

A expressão “guerra subversiva” está intimamente ligada à expressão “subversão”. Entretanto, as duas expressões não reúnem consensos, quando se objectiva diferenciá-los, pois, como nota [Garcia \(2005, 2006\)](#), existe uma confusão frequente entre a subversão como

guerra e a subversão como acção. Ora, objectivando desfazer-se da “confusão” e, assim, compreender a subversão armada, iniciaremos por analisar o fenómeno de subversão.

Com efeito, a subversão (que literalmente significa acto ou efeito de subverter; acto de destruir, ou perturbar; revolta, insubordinação) esteve sempre, ao longo da História, em todo e qualquer sistema político e social ([Leandro, 1994](#)). Ela pode ser definida como a acção destinada a exaurir o poder militar, económico ou político, corroendo o estado moral, a lealdade ou fiabilidade dos seus cidadãos ([Garcia, 2006](#)). É uma técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, mas nem sempre visando a tomada do mesmo ([NATO, 2013](#)).

Como acção ou técnica de corrosão de poderes formais, [Ferreira \(2014\)](#) entende que a subversão consiste em quatro períodos temporais: desmoralização, desestabilização, crise e normalização.

De acordo com [Ferreira \(2014\)](#), o primeiro período, o de desmoralização, ocorre em média quinze a vinte anos para surtir efeito numa sociedade, pois para subverter “mentes”, por meio de técnicas como influência, infiltração, propaganda, e contacto directo com os *media*, os agentes da subversão trabalham com a religião (alterar ideologias religiosas em várias seitas ocultas infames), educação (ensinar tudo menos aquilo que vem nos programas escolares), vida social (transformação das instituições tradicionalmente estabelecidas por outras de caris burocrático e falso) e estruturas de poder (troca de formas de eleição e indicação de órgãos de poder administrativo por órgãos artificiais, não eleitas democraticamente).

No segundo período, o de desestabilização, procura-se, por via da radicalização das relações humanas, desestabilizar e desacreditar todas as instituições do Estado alvo, ou seja, cria-se uma luta constante entre os vários níveis sociais e profissionais de uma sociedade (funcionários *versus* patronato, governo *versus* organizações sociais, etc.) ([Ferreira, 2014](#)). O autor refere que um aspecto a destacar neste período é que os agentes da subversão acabam por se tornar



líderes do processo de desestabilização, sendo muitas vezes cidadãos nacionais respeitados pelas suas comunidades e que recebem um “incentivo financeiro” constante por parte do Estado subversor.

Terminada a desestabilização, segue o terceiro período, o de crise, em que se realiza a desmoralização e a desestabilização cirúrgica e beligerante, de tal sorte que se atinja a pretensão da subversão (a revolução), por conseguinte, a sociedade passa constantemente a procurar por um “salvador da pátria”. Enquanto ocorre a crise, segue o quarto e último período, o de normalização, caracterizado pela inexistência da necessidade de uma revolução ou de nenhum radicalismo, mas que envolve purgas ([Ferreira, 2014](#)).

No entanto, procurando fazer a ponte entre a subversão e a guerra subversiva (nosso segundo elemento de análise nesta secção), [Garcia \(2005, 2006\)](#) e [Nunes \(2020\)](#) referem que a manifestação violenta e aberta da subversão é a guerra subversiva. Isto é, a subversão antecede ou acompanha a guerra subversiva, sendo uma luta conduzida no interior de um Estado, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo do Estado ou, pelo menos, de paralisar a sua acção (Estado-Maior do Exército, 1966, cit. em [Garcia, 2005](#); [Garcia, 2006](#); [Garcia, 2010](#)).

Com esta definição, convém referenciar que a guerra subversiva tem suas premissas, principalmente, nas teorias de Sun Tzu, Mao Tsé-Tung e Bin Laden. Sun Tzu propôs uma das premissas que alude que, se um comandante possui Forças Armadas “fracas”, ao lutar com Forças Armadas “fortes”, deve evitar batalhas que envolvam grandes choques físicos ([Leandro, 1994](#)). Enquanto Mao Tsé-Tung caracterizou a subversão como uma acção que parte do nada para uma existência real, vai do pouco ao muito, da falta de poder político à obtenção do poder político, da inexistência de um exército à sua criação e da falta de território controlado ao seu estabelecimento ([Leandro, 1994](#)).

Bin Laden, no que lhe concerne, demonstrou nas suas acções que uma organização militar com elementos de proveniência geográfica diversificada, e que partilha mesma ideologia, pode conduzir acções armadas que podem ser acompanhadas de perto e com interesse pelos *media* que amplificam involuntariamente o impacto destes actos ([Ferreira, 2014](#)).

Como manifestação, a guerra subversiva começa antes de se evidenciarem as suas manifestações violentas ([Nunes, 2020](#)). Ela subordina-se, em regra, a uma ideologia política de um grupo organizado, que actua conscientemente, com planeamento, preparação e conduta contra o poder estabelecido (legítimo ou de ocupação) ([Garcia, 2006](#)). Com efeito, ela decorre, conforme [Garcia \(2010\)](#) e [Nunes \(2020\)](#), em cinco fases, nomeadamente:

- a) **pré-insurreccional**: em segredo, são desenvolvidas actividades que se integram em dois períodos: i) preparatório – que objectiva a criação de um órgão de direcção e algumas células na população para fazer ligações, recolha de informações e propaganda; ii) de agitação – utilização de técnica de infiltração metódica e planeada nas estruturas essenciais do poder a derrubar, realização de propaganda de agitação, fomento de perturbações da ordem, criação de um clima de medo e desobediência às autoridades.
- b) **Insurreccional**: desencadeamento da violência declarada da subversão, que assenta numa manobra de flagelação (feita por acções de sabotagem, terrorismo ou guerrilha rural e urbana) e activação de “grupos-chave” para tomada do poder.
- c) **Estado Revolucionário**: desencadeamento de actividades que concorrem com o poder em exercício, improvisando escolas e hospitais, aplicando a justiça e reclamando a existência de áreas libertadas, alegando ainda que o território e a população estão cingidos



pela sua organização político-administrativa.

- d) **Final:** activação de um exército que procurará, a partir de bases, dominar todo o território, recorrendo já a operações convencionais, e reclamação de determinados direitos nas organizações internacionais.

Estas manifestações da guerra subversiva, como refere [Garcia \(2006, 2010\)](#), podem se enquadrar em quatro grandes tipologias, especificamente: a) *lumpen*: bandos armados ligeiramente organizados que podem emergir num Estado “fraco” (por exemplo, a Frente Unida Revolucionária da Serra Leoa); b) *clânica*: bandos armados definidos pelos laços familiares e, cujos motivos da luta são, sobretudo, os recursos (exemplo de alguns grupos rebeldes da Somália); c) popular: movimentos militares que se distinguem pela sua ideologia mais elaborada e tendem a ser uma organização militar mais consolidada (por exemplo, os movimentos independentistas de Moçambique e Angola); d) global: caracteriza-se por uma organização militar composta de indivíduos, de várias nações, ligados por uma ideologia ou religião, cujos impactos das suas acções são ampliados pelos *media* (por exemplo, *Al-Qaeda*).

Não obstante a bivalência de entendimento sobre a guerra insurreccional⁷, na doutrina portuguesa, a acção destinada a detectar e neutralizar a subversão (ou simplesmente a contra-subversão) é inserida nos esforços de contra-insurgência, visto que a insurgência assume um consenso de emprego e entendimento mais alargado que envolve a guerra subversiva, isso tanto na doutrina portuguesa assim como na anglófona ([Reis, 2012](#)). Neste sentido, a guerra subversiva é combatida por medidas de combate à insurgência.

2.4. Guerra de guerrilha

A guerra de guerrilha ou simplesmente guerrilha, etimologicamente, significa diminuta guerra. Ela pode ser definida como técnica/táctica de tomada do poder, que por meio das suas actuações, na sua maioria das vezes espectaculares, instaura o clima psicológico, fomentar a agitação geral, mantendo a excitação emocional, e, se possível, a anarquia, tentando também provocar a reacção repressiva, criando mártires e preparando a subversão para provocar a unidade defensiva dos grupos visados ([Garcia, 2003](#)).

Em geral, a guerrilha é um elemento de combate da insurgência. Neste elemento, que em regra é constituído por pequenos grupos ligeiramente armados, empregam-se tácticas de ataques de violência e fuga, isto é, utilização de emboscadas, atiradores furtivos, foguetes, dispositivos explosivos e, se necessário, realização de assassinatos, coerção, e raptos para conseguir apoio ou eliminar a oposição ([DA, 2009](#)).

No entanto, por constituir uma ferramenta da guerra subversiva (ou, amplamente, da insurgência), constituem teorizadores da guerrilha, os estrategas Sun Tzu, Mao Tsé-Tung⁸, Che Guevara⁹, entre outros, porém, [Garcia \(2010\)](#) explica que a divulgação do termo “guerrilha” ocorre a partir da luta dos guerrilheiros espanhóis e portugueses contra os exércitos invasores de Napoleão.

Como princípios, [DA \(2009\)](#) explica que, geralmente, a guerrilha desenvolve: a) operações ofensivas, não defensivas, muitas vezes de natureza assediante; b) operações que evitam engajamento decisivo e conquistar ou defender objectivos físicos; c) acções que procuram causar confusão, destruir infra-estruturas ou neutralizar as forças governamentais, e baixar o estado moral público; d) ataques que visam tentar manter as forças governamentais na defensiva e

inimigo pára, nós cercamos. O inimigo recua, nós perseguimos.

⁹Na sua obra *A Guerra de Guerrilhas*, Che Guevara define três princípios de guerrilha, de entre os quais, as forças populares podem vencer uma guerra contra o Exército.

⁷Que, por um lado, num sentido mais lato e abrangente, envolve a guerra subversiva e, por outro lado, num sentido mais restrito, é envolvida pela guerra subversiva.

⁸Uma das grandes premissas de guerrilha deixadas por Mao Tsé-Tung indica: o inimigo avança, nós recuamos. O



enfraquecer o Estado anfitrião, o que pode incluir a destruição de recursos e a perturbação das linhas de comunicação; e) ataques que podem criar a percepção de que a guerrilha pode atacar em qualquer lugar e que o Estado anfitrião não os impede; f) acções que permitem tomar uma área remota nas zonas rurais, ou realizar ataques em pequena escala a alvos e linhas de comunicação remotas.

A partir desses princípios, [DA \(2009\)](#) evidencia cinco características da guerrilha: a) obtenção de superioridade numérica local: enquanto as forças governamentais tentam superar a guerrilha, ela atinge a superioridade numérica local; b) procura de vitória sobre pequenos elementos das forças governamentais; c) utilização frequente de técnicas simples de velocidade, surpresa, manobra e, especialmente, infiltração; d) condução, por pequenos elementos, de uma operação específica e em maior escala em zona próxima à zona-alvo; e) realização de emboscadas com isco (a técnica favorita), que têm, geralmente, sido incêndios e bombardeamentos.

São exemplos de acções de guerrilha, os ataques realizados, em alguns momentos, pelas FARC, Forças Populares de Libertação de Moçambique e pelo braço armado da Resistência Nacional de Moçambique. Contudo, as acções de contra guerrilha ficam envolvidas nos esforços de combate à insurgência, o fenómeno global, pois, como avançado anteriormente, a guerrilha constitui uma tática.

3. Dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*

Para um estudo mais abrangente e detalhado sobre as dinâmicas do ASWJ, traçaram-se os seguintes aspectos de análise: a) origem e natureza; b) objectivos e narrativa; d) liderança, recursos e alvos, e c) actividades desenvolvidas.

3.1. Origem e natureza do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*

Não obstante à vinculação da ideia de que a identidade e as exigências dos belicistas em Cabo Delgado permanecem desconhecidas, estudos realizados por [Augusto \(2018\)](#), [Habibe, Forquilha e Perreira \(2019\)](#), [Matsinhe e Valoi](#)

[\(2019\)](#), [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Sitoe \(2019\)](#), [Chichava \(2020a, 2020b\)](#), [Feijó \(2020\)](#), [Forquilha e Pereira \(2020\)](#), [Oliveira \(2020\)](#), [Santos \(2020\)](#), [Morier-Genoud \(2021\)](#), [ICG \(2021\)](#), [Vhumbunu \(2021\)](#) e [Macalane e Jafar \(2021\)](#) dão conta que os belicistas têm algumas características demográficas e ligações conhecidas.

Ecoando esta constatação, [Habibe et al. \(2019\)](#), [ICG \(2021\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#) explicam que, numa retrospectiva de cerca de quinze anos, especificamente em 2007, regista-se o primeiro evento de presença de clivagens em Cabo Delgado. No evento em alusão, os autores relatam que parte de jovens frustrados dos distritos do Sul de Cabo Delgado, maioritariamente da etnia Makua, começou a contestar a autoridade de dirigentes religiosos locais, particularmente os que estavam próximos do Conselho Islâmico Local.

Não fosse este o primeiro e o último evento, em 2010, parte de militantes da etnia Mwani do distrito costeiro de Mocímboa da Praia juntaram-se às contestações das autoridades islâmicas locais. Com efeito, progressivamente e agora envolvendo o distrito costeiro de Macomia e alguns militantes da etnia Suaflí, registam-se clivagens em 2014, 2015 e 2016 ([Maquenzi & Feijó, 2019](#)). Todos os eventos possuíam a mesma matriz islâmica: proibição do álcool e da resolução de problemas nas organizações de justiça do Estado; proibição da escolarização de crianças nas escolas do Estado e ao direito de trabalhar das mulheres; uso de calçados e instrumentos contundentes nas mesquitas ([Matsinhe & Valoi, 2019](#); [Chichava, 2020a](#); [ICG, 2021](#); [Morier-Genoud, 2021](#)).

Estas contestações, como narram [Augusto \(2018\)](#) e [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), resultam da mudança de contextos históricos na região (pré-coloniais, coloniais, e pós-coloniais), visto que um grupo, composto por elementos graduados em universidades islâmicas internacionais (principalmente do Golfo Pérsico), regressara às zonas de origem, rejeitando o islamismo africano, considerando-o “desviado”. Importa ressaltar que parte significativa do grupo estudou em universidades islâmicas



internacionais graças a bolsas de estudos financiadas por homens de negócios locais e estrangeiros (particularmente madeireiros e garimpeiros ilegais) provenientes da Tanzânia, Somália e da região dos Grandes Lagos ([Habibe et al., 2019](#)).

Em princípio, denominados localmente por *Al-Shabaab* (significando jovens, em árabe local), o grupo criou as suas próprias mesquitas, de crenças e práticas “estranhas”. Por que o grupo, ainda, enfrentava uma considerável resistência do antigo *establishment* islâmico africano, emergiu o chamado grupo *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* (apoiantes da tradição profética da congregação), que não granjeando simpatia com o nome reapropriou-se do nome *Al-Shabaab* ([Habibe et al., 2019](#); [Maquenzi & Feijó, 2019](#); [Morier-Genoud, 2021](#)).

No entanto, aproveitando-se do sentimento de exclusão social (demonstrado pelas etnias Mwani, Makua e Suaíli para com a Maconde), da exclusão económica (em época de descoberta de recursos minerais e energéticos), da frustração de homens de negócios locais (madeireiros e mineiros ilegais, alguns dos quais expulsos pelo governo), das queixas locais (desemprego, marginalização, entre outros) ([Habibe et al., 2019](#); [Maquenzi & Feijó, 2019](#); [Feijó, 2020](#); [Santos, 2020](#); [ICG, 2021](#); [Oliveira, 2020](#); [Macalane & Jafar, 2021](#)), o ASWJ recrutou e formou os seus elementos e estabeleceu ligações com certos círculos religiosos e militares, nomeadamente células de grupos fundamentalistas islâmicos da Tanzânia, Quênia, Somália e região dos Grandes Lagos ([Habibe et al., 2019](#)).

Portanto, do enredo aqui exposto, fica explícito que o ASWJ tem origem no Sul de Cabo Delgado (embora esteja a conduzir acções violentas nos distritos localizados a Nordeste de Cabo Delgado) e resulta de vários factores (de entre eles, crenças e práticas do islamismo radical, frustração de homens de negócios locais e exclusão social e económica). Pela sua natureza, islamismo radical, o ASWJ tem forte

apoio de células islâmicas da Tanzânia, Quênia, Somália, região dos Grandes Lagos e Golfo Pérsico.

3.2. Objectivos e narrativa do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*

Apresentar os objectivos e a narrativa do ASWJ é tão difícil, quanto entender a sua formação ([Sitoe, 2019](#)). A posição fica evidente quando consultados estudos conduzidos sobre o conflito em Cabo Delgado, ([Augusto, 2018](#); [Habibe et al., 2019](#); [Matsinhe & Valoi, 2019](#); [Maquenzi & Feijó, 2019](#); [Sitoe, 2019](#); [Feijó, 2020](#); [Chichava, 2020a](#); [Forquinha & Pereira, 2020](#); [Oliveira, 2020](#); [Mataruca & Dias, 2021](#); [Vhumbunu, 2021](#)), não evidenciam os objectivos do ASWJ.

Inversamente a estes estudos, os de [Chichava \(2020b\)](#), [Branco \(2020\)](#), [ICG \(2021\)](#), [Morier-Genoud \(2021\)](#) e [Macalane e Jafar \(2021\)](#) têm uma percepção aproximada sobre os objectivos do ASWJ, pois ponderam que ele imporá a *sharia*¹⁰. Uma segunda percepção sobre os objectivos do ASWJ é apresentada por [Santos \(2020\)](#) e [Brito \(2020\)](#), os quais julgam que vários intervenientes (principalmente, traficantes de drogas e exploradores ilegais de pedras preciosas, madeira e marfim) e os seus aliados externos podem ter interesse na guerra conduzida em Cabo Delgado, e agir estratégica e militarmente em função desses interesses.

A última percepção e mais abrangente sobre os objectivos do ASWJ é evidenciada por [Cau et al. \(2021\)](#), os quais entendem que o grupo pode ter quatro pretensões, nomeadamente: a) retardar a exploração de recursos, para desacelerar o desenvolvimento do país; b) incapacitar o Estado moçambicano em proteger as empresas envolvidas na exploração dos recursos energéticos; c) incapacitar o Estado no controlo dos benefícios naturais; d) inibir a presença e influência do Ocidente numa zona tradicionalmente islâmica.

No que refere à narrativa, [Sitoe \(2019\)](#) notou que o ASWJ ainda não explicitou publicamente a sua narrativa que anima a sua

¹⁰ Norma de conduta e doutrina normativa islâmica, desenvolvida ao longo dos tempos



causa. Em contramão a esta constatação de [Sitoe \(2019\)](#), nos estudos desenvolvidos por [Habibe et al. \(2019\)](#), [Matsinhe e Valoi \(2019\)](#), [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Chichava \(2020a, 2020b\)](#), [ICG \(2021\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#), embora inicial e incipiente, evidencia-se a narrativa segundo a qual o ASWJ representa a “juventude apoiante da tradição profética da congregação, que punirá infiéis e introduzir a *sharia*. É com essa narrativa que ecoam a expressão *Allah Akbar* (Deus é Grande), antes e/ou aquando de realização das suas incursões.

3.3. Liderança, recursos e alvos do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*

O ASWJ é compósito, porém, estudos feitos por [Matsinhe e Valoi \(2019\)](#), [Habibe et al. \(2019\)](#), [Oliveira \(2020\)](#), [ICG \(2021\)](#) e [Cabo Ligado \(2021\)](#) evidenciam que o grupo é composto por líderes maioritariamente tanzanianos (que coordenam e dão direcção ao grupo) e militantes inferiores maioritariamente jovens moçambicanos de etnias Mwani e Makua (geralmente antigos pescadores e agricultores, contrabandistas e traficantes do litoral, ou jovens desempregados).

Relativamente aos recursos (financeiros), [Habibe et al. \(2019\)](#), [Sitoe \(2019\)](#), [Oliveira \(2020\)](#) e [ICG \(2021\)](#) constataram que o ASWJ utiliza, por um lado, duas formas de financiamento: a) auto: fundos próprios e fundos provenientes do tráfico de droga e órgãos, exploração ilegal dos recursos naturais (madeira, carvão vegetal, rubis e marfins); b) externo: proveniente de doações (interna e externa), pagamentos de empresas por eles protegidas ou ligadas. Por outro lado, conforme [ICG \(2021\)](#), os recursos materiais do ASWJ envolvem armamento contundente (facas, catanas, flechas, etc.), armas de fogo (fuzis AK-47, metralhadoras PK, lança-foguetes RPG-7 e morteiros de 60 mm e 82 mm, aprendidos das FDS e adquiridos), meios de transporte (carros, embarcações, motas e bicicletas, aprendidos / assaltados e adquiridos).

Com estes recursos, [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Sitoe \(2019\)](#) e [Feijó \(2020\)](#) denotaram que o ASWJ realiza incursões contra dois

grupos de alvos, a saber: a) directos: infra-estruturas e pessoal do Estado, a população civil e suas residências, unidades comerciais, as FDS, de produção e de transporte; b) indirecto: sociedade moçambicana e, talvez, subsariana, governo e investimentos que decorrem na província.

3.4. Actividades desenvolvidas pelo *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*

As actividades desenvolvidas pelo ASWJ podem ser divididas em quatro períodos principais, designadamente: a) antes de 2017; b) de 2017 a 2019; c) de 2019 a inícios de 2021; d) meados 2021 até aos dias que correm.

O primeiro período (antes de 2017), conforme [Augusto \(2018\)](#), [Habibe et al. \(2019\)](#), [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Chichava \(2020a\)](#), [Oliveira \(2020\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#), além de factores políticos, sociais e económicos, ficou marcado por quatro momentos principais do factor islâmico: a) envio, na década 70, de jovens locais para a formação nas universidades islâmicas internacionais, para usar o Islão para fortalecimento da autoridade e poder das elites locais; b) regresso, nos finais da década 90, dos jovens recém-formados e manifestação de diferenças nas práticas islâmicas deles e dos praticantes tradicionais; c) formação, na década 2000, de seitas religiosas e estabelecimento de mesquitas, lideradas pelos recém-formados; d) criação, de 2007 a 2017, de braço armado e ocorrência de clivagens esporádicas, envolvendo as novas seitas religiosas, as autoridades tradicionais do Islão e autoridades governamentais.

De 2017 a 2019, período marcado pela violência armada quase branda, [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Santos \(2020\)](#), [Oliveira \(2020\)](#), [ICG \(2021\)](#), [Morier-Genoud \(2021\)](#) e [Cau et al. \(2021\)](#) demonstram que compreende a dois momentos principais: a) realização, nos finais de 2017 a meados de 2018, de assaltos, roubos e ataques incipientes (ao anoitecer ou durante a noite) a elementos devidamente seleccionados em Mocímboa da Praia e Palma; b) à luz do dia, realização (nos meados de 2018 a inícios de 2019) de ataques de guerrilha (emboscadas,



infiltração e espionagem), uso de técnicas de terrorismo (sequestros, decapitações, incêndios, massacres, cárceres, utilização de alto-falantes, plataformas digitais e textos para intimidar) e ocupação temporária de vilas e aldeias em Mocímboa da Praia, Palma, Nangade e Macomia.

[Oliveira \(2020\)](#), [Santos \(2020\)](#), [ICG \(2021\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#) notam que de 2019 a inícios de 2021 o ASWJ ficou mais confiante, de tal sorte que começou a realizar incursões audaciosas, operações convencionais simultâneas, o que lhes permitiu avançar para Mueda, Quissanga, Muidumbe e Ibo, bem como ocupar as vilas, de entre elas, a Sede do distrito de Mocímboa da Praia. Os autores destacam que, neste período, o ASWJ prestou lealdade ao califa de *Daesh*, efectuando juramento à bandeira do ISIS, a quem reivindica os ataques.

Todavia, desde meados de 2021, as actividades do ASWJ têm sido moderadas, devido à pressão sobre ele exercida pelo Governo e as forças aliadas (do Ruanda e da África Austral) ([Morier-Genoud, 2021](#); [Cabo Ligado, 2021](#)). Importa ressaltar que desde os ataques de 2017 e sob promessas de pagamento de valores monetários, emprego e, em alguns casos, bolsas de estudo no estrangeiro, o ASWJ efectua o recrutamento local/nacional (principalmente na região Norte de Moçambique) e internacional (principalmente na Tanzânia, Somália e região dos Grandes Lagos) por laços de casamento, redes informais de amigos, madrassas, *internet*, sequestros e redes sociais (*Tweeter*, *Facebook* e *WhatsApp*) ([Habibe et al., 2019](#); [Matsinhe & Valoi, 2019](#)).

4. Aproximações entre as dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* e as tipologias de conflitos contemporâneos

O conflito armado em Cabo Delgado mostra-se como “um dos melhores exemplos do que é hoje considerado por novas guerras” ([Oliveira, 2020, p. 60](#)). Por este motivo, a análise para a determinação da sua tipologia deve-se basear na comparação minuciosa que envolve as dinâmicas do ASWJ a cada forma de

guerra/táctica, dita, “nova”, terrorismo, insurgência, guerra subversiva e guerrilha.

4.1. Aproximação entre as dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* e o fenómeno de terrorismo

A partir das definições de terrorismo [apresentadas por [Diniz \(2002\)](#), [Hoffman \(2006\)](#), [Goodwin \(2006\)](#), [Borel \(2019\)](#), [JCS \(2014\)](#) e [Lei n.º 13/2022](#), de 8 de Julho], que indicam que representa uma tática de ameaça ou uso ilegal da violência de total amoralidade para incutir medo e coagir uma pessoa colectiva, resulta de algum modo uma dissonância central na denominação de “terrorismo” o conflito em Cabo Delgado. Pois, as dinâmicas do ASWJ, conforme alguns autores ([Habibe et al., 2019](#); [Maquenzi & Feijó, 2019](#); [Feijó, 2020](#); [ICG, 2021](#); [Morier-Genoud, 2021](#)), demonstram que nem sempre decapitou, sequestrou, incendiou, massacrou, fez cárceres, etc. Aliás, esta é uma das acções que o ASWJ passou a conduzir, em certos momentos, a partir de 2018, tal como relatam [Habibe et al. \(2019\)](#), [ICG \(2021\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#).

Apesar desta dissonância central, todas as dinâmicas do terrorismo, anunciadas por [Martins \(2010\)](#) e [Borel \(2019\)](#), parecem caracterizar o conflito em Cabo Delgado, na medida que [Siteo \(2019\)](#) constatou os dois alvos do terrorismo (directos/secundários e indirectos/primários); [Chapala e Timane \(2021\)](#) explicam a possibilidade de o ASWJ estar a usar directa/indirectamente os *media*; [Habibe et al. \(2019\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#) relatam o uso da infiltração na população; [Habibe et al. \(2019\)](#), [Santos \(2020\)](#), [Oliveira \(2020\)](#), [Morier-Genoud \(2021\)](#) e [Seabra \(2021\)](#) explicam a relação do ASWJ com outras seitas extremistas internacionais.

4.2. Aproximação entre as dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* e o fenómeno de insurgência

A primeira aproximação entre as dinâmicas do ASWJ e o fenómeno de insurgência é percebida pela definição de insurgência, um movimento organizado por um ou mais actores não estatais



de base popular que visa o controlo de um dado espaço num Estado ([Kilcullen, 2006](#); [DA, 2009](#)). Esta definição parece circunscrever o ASWJ, sobretudo quando consideradas as actividades desenvolvidas pelo grupo a partir da década 2000. Estas actividades podem ser reconhecidas nos estudos de [Habibe et al. \(2019\)](#), [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [Chichava \(2020a\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#).

Noutras aproximações que podem ser feitas por [DA \(2014\)](#), [NATO \(2016\)](#), [Habibe et al. \(2019\)](#) e [Morier-Genoud \(2021\)](#), parece que as dinâmicas do ASWJ se enquadram totalmente no fenómeno de insurgência, visto que teve uma oportunidade (falha na segurança prestada pelo Estado) para desenvolver uma ideologia e narrativa, definir objectivos, liderança e apoios (interno e externo). Ademais, na base dos autores parece que a insurgência movida pelo ASWJ se circunscreve na guerra popular prolongada, pois as suas actividades possuem fases, designadamente: a) estratégia defensiva, em que foi caracterizada por actividades latentes (clandestinidade, queixas, etc.) e incipiente (manifestação, insubordinação, etc.); b) equilíbrio estratégico, que envolveu acção armada (guerrilha, terrorismo, entre outras); c) estratégia ofensiva, segundo a qual o ASWJ usou tácticas convencionais e uniu-se ao ISIS.

4.3. Aproximação entre as dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* e a guerra subversiva

A subversão, pela definição, é uma acção destinada a exaurir os poderes formais ([Garcia, 2006](#)). Desta definição e pelas fases não armadas mencionadas por [Ferreira \(2014\)](#) (desmoralização, desestabilização, crise e normalização) e fases armadas apontadas por [Garcia \(2010\)](#) (pré-insurreccional, insurreccional, estado de revolta e final), parece que as dinâmicas do ASWJ sempre estiveram acompanhadas pelo fenómeno de subversão, sobretudo popular.

Como demonstram os autores que narraram os eventos do conflito em Cabo Delgado ([Habibe et al., 2019](#); [Maquenzi & Feijó, 2019](#); [Matsinhe & Valoi, 2019](#); Chichava, 2020a; [ICG, 2021](#); [Morier-Genoud, 2021](#)), o ASWJ

desenvolveu actividades preparatórias (formação no exterior, criação de órgãos de direcção e células na população), de agitação (propaganda, fomento de perturbações da ordem, etc.), insurreccionais (manobra de flagelação, sabotagem, terrorismo e guerrilha) e revolucionárias (reclamação de áreas libertadas).

A reparar por este enquadramento, talvez seja por meio dela que [Branco \(2020\)](#) afirmou categoricamente que Moçambique enfrenta uma guerra subversiva de natureza islâmica, e mais nada. Todavia, [DA \(2009\)](#) e [Reis \(2012\)](#) recordam que a insurgência assume um consenso de emprego e entendimento mais alargado que envolve a guerra subversiva.

4.4. Aproximação entre as dinâmicas do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* e a guerrilha

Raul Domingos, líder de uma agremiação política em Moçambique, citado por [Issufo \(2021\)](#), afirmou que pelo facto de usar minas para se defender, efectivamente se trata de uma força de guerrilha a actuar em Cabo Delgado. A afirmação, por um lado, parece encontrar eco no artigo da [RTP \(2020\)](#), intitulado “Cabo Delgado vive guerra de guerrilha (...)” e em algumas actividades desenvolvidas pelo ASWJ, reconhecidas por [Habibe et al. \(2019\)](#), [Maquenzi e Feijó \(2019\)](#), [ICG \(2021\)](#), [Morier-Genoud \(2021\)](#), designadamente: procura de vitória sobre pequenas unidades das FDS moçambicanas, utilização frequente de técnicas de surpresa e infiltração (uso de espiões), condução de operações em local próximo à zona-alvo e realização de emboscadas.

Por outro lado, parece encontrar dissonância central na definição de guerrilha, segundo a qual representa uma técnica/táctica de tomada do poder, geralmente de uma insurgência ([Garcia, 2003](#); [DA, 2009](#)). Isto é, guerrilha é uma forma de guerra envolvida num fenómeno mais global, a insurgência.

5. Considerações finais

O conflito armado em Cabo Delgado necessita de várias acções e reflexões pragmáticas que visam a sua extinção. De entre as reflexões, Raul



Domingos, narrado por [Issufo \(2021\)](#), propõe a reflexão em torno da tipologia do conflito, partindo pelas seguintes questões: pelo que observamos, nos impele chamar o conflito de terrorismo, ou terrorismo é a denominação usada para trazer impacto?

Mais do que se concentrar em responder a estas questões, o presente estudo procurou, num primeiro momento, descrever e enquadrar as formas de guerra decorrentes em Cabo Delgado e assumidas no meio militar, político, académico e social moçambicano (terrorismo, insurgência, subversão e guerrilha) às tipologias de conflitos contemporâneos. Num segundo momento, descreveu, por estudos conduzidos sobre o conflito, as dinâmicas do ASWJ, que se circunscrevem em não violentas ou preparatórias (formação de jovens no exterior, criação de órgãos de direcção e células na população), ocupacionais ou de agitação (propaganda e perturbações da ordem), violentas ou insurreccionais (sabotagem, terrorismo e guerrilha) e revolucionárias (reclamação de áreas libertadas).

Num terceiro e último momento, o estudo aproximou as dinâmicas do ASWJ aos fenómenos de terrorismo e insurgência, e guerras subversivas e de guerrilha. Da aproximação e globalmente, resultou, por um lado, em dissonâncias conceituais e *praxis* entre o conflito e os fenómenos de terrorismo, subversão e guerrilha. Por outro lado, num enquadramento cabal do conflito ao fenómeno de insurgência. Contudo, restritamente, cada uma das formas de guerra assumidas pelas camadas da sociedade moçambicana pode ser reconhecida no conflito.

Nestes termos, infere-se que o conflito armado em Cabo Delgado assume características tipológicas de uma insurgência.

6. Referências

Augusto, Carlos. (2018). *A origem do terror no cinturão de Mocimboa da Praia: “um fenómeno com raízes do tempo de penetração mercantil que recrudesce*

hoje”.

(<https://macua.blogs.com/files.pdf>).

Borel, Marcelo. (2019). *Guerrilha e terrorismo: discussões conceptuais, proximidades e divergências*. Trabalho apresentado no 43º encontro anual da ANPOCS, SPG31 violência política e para militarismos: novas abordagens e atores no Sul Global, Minas Gerais.

Borges, Lourenço. (2013). *O emprego das forças armadas em conflitos assimétricos. Trabalho de Investigação Individual*. Instituto de Estudos Superiores Militares, Pedrouços.

Branco, Carlos. (2020, Abril). Subversão islâmica em Moçambique. *O Jornal Económico*, online. (<https://jornaleconomico.pt/noticias/a-subversao-islamica-em-mocambique-576980>).

Brito, Luís. (2020). Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado. *Desafios para Moçambique*, 57-64.

Cabo Ligado. (2021, Agosto). *Cabo Ligado Semanal: 9-15 de Agosto*. (<https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/08.pdf>).

Cau, Moisés; Abacar, Assane; Cadete, Xavier; Canamala, José; Curumula, Barnabé; & Mofate, Oscar. (2021). Análise da situação de segurança em Cabo Delgado: causas, natureza do conflito, actores e perspectivas de desenvolvimento. *Defesa & Segurança*, 1(2), 5-18.

Chapala, Nelson; & Timane, Sebastião. (2021). Os media ao serviço dos terroristas: contra medidas na perspectiva global e moçambicana. *Defesa & Segurança*, 1(2), 19-39.

Chichava, Sérgio. (2020a, 13 Abril). Quem é o “inimigo” que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano. *Ideias do IESE*, 127, 1-2.

Chichava, Sérgio. (2020b, 24 Abril). Os primeiros sinais do “al shabaab” em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Aancuabe. *Ideias do IESE*, 129, 1-2.

Cohen, Eliot; Crane, Conrad; Horvath, Jan; & Nagl, Jhon. (2006). Principles, imperatives, and paradoxes of counterinsurgency. *Military Review*, 86(2), 49-53.

Conselho Nacional de Defesa e Segurança. (2020, Abril). *Comunicado de imprensa*.



- (<https://www.presidencia.gov.mz/por/content/download/8757/62236/version/1/file/COMUNICADO+DE+IMPrensa+23.04.2020+-CND.pdf>).
- Correia, Pedro. (2014). Revolução nos assuntos militares: perversões estratégicas. *Janus, online*, 84-85.
- Department of the Army. (2009). *FMI 3-24.2: tactics in counterinsurgency*. Washington, DC: DA.
- Department of the Army. (2014). *FM 3-24MCWP3-33.5 – Insurgencies and countering insurgencies*. Washington, DC: DA.
- Diniz, Eugénio. (2002). *Compreendendo o fenómeno do terrorismo*. Trabalho a apresentado no 3o Encontro Nacional da ABCP, Niterói.
- Feijó, João. (2020). *Assimetrias no acesso ao estado: um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico?* Maputo: Observador do Meio Rural.
- Ferreira, André. (2014). Subversão: plantando a semente da discórdia na Era digital. Lusíada. *Política Internacional e Segurança*, 11, 125-135. (Doi: 10.34628/w229-t167).
- Forquilha, Salvador; & Pereira, João. (2020, 4 Maio). Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976 – 1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado. *Ideias do IESE*, 130, 1-2.
- Garcia, Francisco. (2003). *Tipologias de guerra*. *Revista Militar*, 1103-1136.
- Garcia, Francisco. (2005). *Guerra do povo, Exército do povo. Vo Nguyen Giap*. (<https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Garcia-79/publication.pdf>).
- Garcia, Francisco. (2006). O fenómeno subversivo na actualidade. Contributos para o seu estudo. *Nação e Defesa*, 114, 169-191.
- Garcia, Francisco. (2008). *O fenómeno da guerra no nosso século*. Texto apresentado nas provas de agregação em Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.
- Garcia, Francisco. (2010). *Da guerra e da estratégia a nova polemologia*. Lisboa, Portugal: Prefacio.
- Gibbs, Jack. (Jun, 1989). Conceptualization of terrorism. *American Sociological Review*, 54(3), 329-340.
- Goodwin, Jeff. (2006). How not to explain terrorism. *Arch. Europ. Sociol.*, 3, 477-482.
- Gutiérrez, Juan. (2011). Insurgencia y contrainsurgencia. En Ministerio de Defensa. (Coord.). *Actores armados no estatales: retos a la seguridad global*. Madrid: IMD, pp. 65-100.
- Habibe, Saide; Forquilha, Salvador; & Pereira, João. (2019). *Radicalização islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia*. Maputo: IESE.
- Hoffman, Bruce. (2006). *Inside terrorism*. New York: Columbia University Press.
- Hoffman, Frank. (2007). *Conflict in the 21ST century: the rise of hybrid wars*. Virginia: Potomac Institute for Studies.
- International Crisis Group. (2021). *Stemming the insurrection in Mozambique's Cabo Delgado*. Belgium: ICG.
- Issufo, Nádia. (2021). *Cabo Delgado: uso de minas faz parte de tática de guerrilha*. DW, online. (<https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-uso-de-minas-faz-parte-de-t%C3%A1tica-de-guerrilha-avalia-especialista/a-59295003>).
- Joint Chiefs of Staff. (2014). *Joint publication 3-26: counterterrorism*. Washington D.C.: JCS.
- Kaldor, Mary. (2012). *New and old wars: organized violence in a global era* (3a.ed.). Cambridge: Polity Press.
- Kilcullen, David. (2006). *Three pillars of counterinsurgency*. Remarks delivered at the U.S. Government Counterinsurgency Conference, Washington D.C.
- Leandro, Garcia. (1994). *Estratégias de acção: a guerra clássica, a guerra limitada, a guerra subversiva*. (https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1635/1/NeD73_Garcia.pdf).
- Lei n.º 13/2022, de 8 de Julho (estabelece o Regime Jurídico de Prevenção, Repressão



- e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa).
- Lind, William; Nightengale, Kelth; Schmitt, Jhon; Sutton, Joseph; & Wilson, Gary. (1989). The changing face of war: into the fourth generation. *Marine Corps Gazette*, 73(10), 22-26.
- Macalane, Geraldo; & Jafar, Silvestre. (Coords.) (2021). *Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017-2010): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Pemba: UniRovuma.
- Maquenzi, Jerry; & Feijó, João. (2019). *Pobreza, desigualdades e conflitos no Norte de Cabo Delgado*. Maputo: Observador do Meio Rural.
- Martins, Raúl Carneiro. (2010). *Acerca de "terrorismo" e de "terrorismos"*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Mataruca, Francisco; & Dias, Viriato. (2021). Desafios do ISEDEF face ao terrorismo em Moçambique: uma análise a partir da situação de Cabo Delgado. *Defesa & Segurança*, 1(1), 5-27.
- Matsinhe, David; & Valoi, Estacio. (2019). *The genesis of insurgency in northern Mozambique*. Southern Africa: Institute for Security Studies.
- Morier-Genoud, Eric. (2021). A insurgência jihadi em Moçambique: origens, natureza e início. Maputo: IESE.
- Moura, Tatiana. (2005, Junho). Novíssimas guerras, novíssimas pazes: desafios conceptuais e políticos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 77-96. (Doi:10.4000/roce.1020).
- North Atlantic Treaty Organization. (2013). *Aap-06: NATO glossary of terms and definitions (English and French)*. Brussels: NATO.
- North Atlantic Treaty Organization. (2016). *AJP-3.4.4 - Allied joint doctrine for counter-insurgency (Coin)*. Brussels: NATO.
- North Atlantic Treaty Organization. (2017). *Counterinsurgency: a generic reference curriculum*. Brussels: NATO.
- Nunes, Carlos. (2020). *Inteligência e subversão contemporânea: subsídios para a sua análise e compreensão em Moçambique*. Maputo: Academia de Altos Estudos Estratégicos.
- Oliveira, João. (2020). Conflito armado em Cabo Delgado. *Lusíada, Política Internacional e Segurança*, 19/20, 27-65. (Doi: <https://doi.org/10.34628/600x-s020>).
- Organization for Security and Co-operation in Europe. (2014). *Preventing terrorism and countering violent extremism and radicalization that lead to terrorism: a community-policing approach*. Vienna: OSCE.
- Porto Editora. (2022). *Terrorismo na Infopédia*. Porto: Porto Editora. Online ([https://www.infopedia.pt/\\$terrorismo](https://www.infopedia.pt/$terrorismo)).
- Rádio & Televisão de Portugal. (2020). Cabo Delgado vive guerra de guerrilha com atropelo aos direitos humanos. RTP, online. (https://www.rtp.pt/noticias/mundo/cabo-delgado-vive-guerra-de-guerrilha-com-atropelo-aos-direitos-humanos-ai_n1263299).
- Reis, Bruno. (2017). *Novo século, novas guerras assimétricas? Origem, dinâmica e resposta a conflitos não-convencionais, como a guerrilha e o terrorismo*. Lisboa: IDN.
- Reis, João. (2012, Maio). Guerra subversiva: lições aprendidas e contributos para o reajustamento da doutrina nacional. *Boletim Ensino, Investigação*, 12, 37-65.
- Rocha, Rafael. (2011). *Intervenções para a paz em conflitos assimétricos: desafios na formulação de estratégias de estabilização no século XXI em relação a novos atores beligerantes*. Florianópolis. (<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a36.pdf>).
- Rosales, Samuel. (2014). A guerra de insurgência na actualidade: a longa guerra; um estudo de como as insurgências tem evoluído no início do século XXI. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 1, 231 – 257.
- Santos, Francisco. (2020). *Guerra no Norte de Moçambique, uma Região rica em recursos naturais – Seis Cenários*. Bergen: CMI insight.
- Schmid, Alex. (2004). Terrorism - the definitional problem. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 32(2), 375-419.
- Seabra, Pedro. (2021). *O conflito em Cabo Delgado em perspectiva*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Sitoe, Rufino. (2019). Terrorismo em Moçambique? Que soluções de políticas? Um olhar sobre os ataques de Mocímboa



da Praia. *Revista moçambicana de estudos internacionais*, 1 (1), 1-20.

Valença, Marcelo. (2010). *Novas guerras, estudos para a paz e Escola de Copenhagen: uma contribuição para o*

resgate da violência pela segurança. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade

Vhumbunu, Clayton. (2021). *Insurgency in Mozambique: the role of the Southern African Development Community*. (<https://www.accord.org.za/conflict-trends/insurgency-in-mozambique>).